



AMIGO DE OSCAR NIEMEYER E VISTO POR MUITOS COMO O FREIO DE MÃO NO ABUSO, O ARQUITETO CARLOS MAGALHÃES DIZ QUE O GOVERNO NÃO TEM INTERESSE EM MANTER BRASÍLIA PRESERVADA. “FUI ENGANADO”, AFIRMA

Concreto sem xerife

André Garcia
Ana Lúcia Moura
Da equipe do **Correio**

Um ano e oito meses depois de sua criação, o Conselho Técnico de Preservação de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade (CTEPB), órgão consultivo do governador Joaquim Roriz, perde seu coordenador e principal

figura: o arquiteto Carlos Magalhães da Silveira, 67 anos. Pioneiro da cidade, conhecido por não economizar críticas ácidas aos desrespeitos ao tombamento de Brasília, seja quem for o autor, Magalhães anunciou na última quinta-feira que está fora do conselho.

“Não posso ficar num governo que não tem nenhum interesse na preservação de Brasília”, justificou. A decisão

de Magalhães, alagoano formado pela Faculdade Nacional de Arquitetura, no Rio de Janeiro, e morador de Brasília desde 1959, é um duro golpe na política de preservação do patrimônio adotada por Roriz. E pode precipitar a saída de outros conselheiros do CTEPB, também insatisfeitos com o tratamento dado pelo governador ao conselho e às questões relacionadas ao tombamento da cidade.

O arquiteto Ricardo Penna, um dos oito integrantes do CTEPB, é claro. “Não descarto a possibilidade de sair”. Criado para assessorar o governador sobre projetos, obras ou situações que digam respeito ao plano urbanístico de Brasília, tombado em 1987 pela Unesco como Patrimônio Cultural da Humanidade, o conselho tem sido solenemente ignorado por Roriz, que é seu presidente.

Os oito integrantes do conselho já se manifestaram contrários às construções em coberturas em prédios residenciais no Plano Piloto e pediram providências sobre as ocupações irregulares de áreas públicas. Também criticaram o novo projeto da Ponte do Mosteiro, no Lago Sul, que prevê perfuração de dois túneis que desembocariam no Eixo Monumental, e a proliferação de *outdoors* por

Brasília. Não foram atendidos em nenhuma das situações.

“Fui enganado. O governador Joaquim Roriz me convidou para o conselho dizendo que estava empenhado na preservação de Brasília. Mas o que ele demonstrou é que não tem nenhum interesse nisso”, atacou Magalhães, como sempre costuma fazer quando o assunto é a obra de seu amigo pessoal, Oscar Niemeyer.

Poder só na fachada

A saída de Carlos Magalhães da coordenação do Conselho Técnico de Preservação de Brasília é o estopim da insatisfação de parte dos oito integrantes do conselho com o tratamento dispensado pelo governador Joaquim Roriz às decisões do órgão. Na próxima reunião do conselho, marcada para o dia 9 de novembro, outros conselheiros podem anunciar sua saída. “A atitude de Magalhães vai precipitar uma decisão sobre a inoperância do conselho”, analisou Ricardo Penna, integrante do CTEPB.

O CTEPB foi criado por Roriz para executar uma tarefa semelhante ao do antigo Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente (Cauma): zelar pelo patrimônio cultural de Brasília. Tem oito membros, escolhidos pelo governador. Além de Carlos Magalhães e Ricardo Penna, compõem o órgão Maria Elisa Costa, filha do urbanista Lúcio Costa; Afonso Heliodoro, ex-ajudante de ordens de JK; o médico e historiador Ernesto Silva; o representante da Fundação Oscar Niemeyer, arquiteto Fernando Ferreira; o colunista Gilberto Amaral; e o ex-reitor da UnB, José Carlos Azevedo.

O governador Roriz é o presidente do Conselho e a secretária-executiva é Ivelise Longhi, titular da pasta da Habitação. Na posse como coordenador, Carlos Magalhães chegou a mandar recado: “seremos intransigentes com o agressores do tombamento de Brasília”.

Mas a falta de poder de deliberação, e o que Magalhães clas-

“SEREMOS INTRANSIGENTES COM OS AGRESSORES DO TOMBAMENTO DE BRASÍLIA”

CARLOS MAGALHÃES

Em maio de 1999

“FUI ENGANADO”

CARLOS MAGALHÃES

Em outubro de 2000

sifica como descaso de Roriz e dos órgãos do GDF com as decisões, começou a incomodar os integrantes do conselho. Ao contrário do antigo Cauma, que tinha poderes para embargar ou impedir que áreas substanciais da cidade fossem modificadas sem a sua permissão, o CTEPB é apenas um órgão de consulta do governador.

Em abril deste ano, os conselheiros tentaram alertar o governador para a importância da preservação do patrimônio de Brasília. Entregaram a Roriz um documento de sete páginas, intitulado *É necessário preservar Brasília — como proteger uma cidade, seus moradores e evitar um desastre*. Até agora, nada de concreto do do-

cumento foi executado pelo governo. “Ele (Roriz) nem vai mais às reuniões. Acho que ele criou esse órgão só para fingir para os moradores do Plano Piloto que estava preocupado com a preservação da qualidade de vida de Brasília”, observou Magalhães.

Dois integrantes do conselho lamentaram a saída do coordenador. Maria Elisa Costa, filha do urbanista Lúcio Costa, disse que não deve sair do conselho. Mas defendeu a criação de um apoio técnico independente aos conselheiros. “Bem ou mal é um canal que me permite expressar formalmente minha opinião, mesmo que não seja acatada”.

Já o médico e historiador Ernesto Silva prefere deixar um decisão para a reunião do conselho. “Para mim, o governador não está bem assessorado e por isso não tem tomado conhecimento das nossas decisões”, disse Silva. O trabalho executivo do conselho é exercido pela secretária Ivelise Longhi (Habitação).

A secretária limitou-se a dizer, por meio de sua assessoria de imprensa, que “respeita a posição de Carlos Magalhães de não querer mais participar do Conselho de Preservação Técnica de Brasília”. Ela não comentou as críticas do arquiteto nem adiantou se haverá substituição a Magalhães no cargo de coordenador. (AG)

LEIA MAIS SOBRE A SAÍDA DE CARLOS MAGALHÃES NA PÁGINA 8